

ACRÓPOLE E ÁGORA: AS NOVAS PRAÇAS DE PORTO ALEGRE NA REPÚBLICA VELHA

Cláudio Calovi Pereira
Samantha Diefenbach
Ricardo Calovi

O presente artigo trata de um conjunto de projetos e intervenções arquitetônicas relacionados às praças da Matriz e Alfândega em Porto Alegre, durante o termo de governo de Carlos Barbosa Gonçalves como presidente do estado do Rio Grande do Sul (1908-1913). Como lugares tradicionalmente consagrados às instituições (Matriz) e ao comércio (Alfândega), as duas praças são objeto de um projeto de reconfiguração que procurou caracterizá-las como espaços de imagem metropolitana, inspirados na arquitetura eclética européia e principalmente na Paris da *Belle Époque*. As intervenções planejadas incluíram novos edifícios institucionais e uma avenida de ligação entre as praças. Desta operação participam arquitetos locais (do setor público e privado) e também estrangeiros (franceses). O legado construído nestes lugares no período referido marcou definitivamente a imagem urbana da cidade.

CONTEXTOS

A ocupação intensiva de Porto Alegre ocorreu a partir de 1752, quando famílias de imigrantes açorianos instalaram-se às margens do lago Guaíba aguardando sua transferência para a região das Missões. Vinte e um anos mais tarde, quando o governador José Marcelino de Figueiredo transfere a capital provincial de Viamão para Porto Alegre, a orla do Guaíba já estava consagrada como local de pequenos ancoradouros e trapiches estabelecidos pelos açorianos. No ano anterior (1772), o engenheiro militar Alexandre Montanha fixara o local da praça principal e o traçado de ruas da península, definindo uma série de vias longitudinais cortadas por outras transversais que ligavam as margens do Guaíba ao topo do espigão. Foi justamente essa condição de promontório elevado sobre o lago, controlando os acessos fluviais e de fácil defesa que levou o local a ser escolhido para a nova capital.

O plano de Montanha criava uma rua às margens do Guaíba (Rua da Praia), provavelmente respeitando o assentamento açoriano pré-existente. Isso deveria incluir o lugar do comércio, posteriormente chamado de Largo da Quitanda (atual Praça da Alfândega), onde barcos atracavam trazendo produtos do campo para venda no povoado. No alto do espigão, Montanha estabeleceu outra via paralela à linha d'água, denominada rua da Igreja (atual Rua Duque de Caxias). Nela localizou outro espaço aberto (antes ocupado pelo cemitério dos açorianos), onde planejou a disposição de um templo, do palácio provincial e da sede da fazenda real portuguesa (Figura 1). Tal espaço de natureza cívico-religiosa teve sua denominação consagrada

popularmente como Praça da Matriz¹. Tendo em vista sua vocação, estas duas praças primordiais se identificam com a condição de “ágora” e “acrópole” configuradas historicamente nas cidades da Grécia clássica.

Gradualmente, as duas praças foram tendo seus contornos mais definidos. Um embarcadouro é construído no Largo da Quitanda em 1783. Em 1803, o comércio no local adquire vulto suficiente para que uma alfândega seja ali estabelecida. Em 1824 (dois anos após a independência), uma nova alfândega é construída no centro da praça, conjugada a um grande trapiche que facilitava a movimentação de pessoas e cargas. Nos “altos da Praia”, onde já estavam o palácio e a igreja na face sul, o espaço aberto é delimitado ao norte pelos edifícios gêmeos do Teatro São Pedro (1849-58) e da antiga Casa de Câmara (depois Tesouro do Estado; 1850-74), consolidando o caráter institucional do local (Figura 2). Em 1857, a antiga Casa da Real Fazenda recebe um segundo piso e uma nova fachada com pilastras jônicas para melhor adequar-se à sua nova função de Assembléia Provincial. Estes três edifícios projetados por Philip Von Normann configuravam uma visão “moderna” da praça, no estilo do império (um neoclassicismo de volumes unitários, cúbicos, com faixas de aberturas padronizadas e decoração clássica sóbria; ver *figura 5*)². Enquanto isso, a igreja matriz e o palácio seguiam com seu aspecto colonial português. Na comparação entre as duas praças ao longo do século XIX, chama atenção a ausência de arquitetura monumental na Praça da Alfândega.³

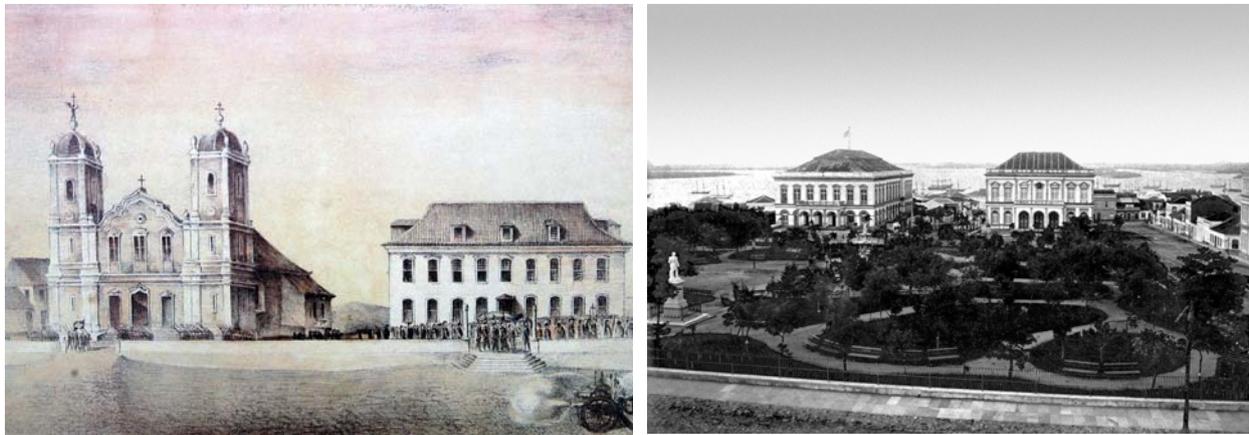


Fig. 1 - Face sul da Praça da Matriz em 1852 (aquarela de R. Wendroth) (fonte: IHGRGS).
Fig. 2 - Face norte da Praça da Matriz no final do século XIX (fonte: arquivo Projeto Monumenta).

1 Oficialmente denominada Praça Marechal Deodoro.

2 O aspecto neoclássico da praça seria reforçado caso o projeto de Álvaro Nunes Pereira para o novo palácio provincial (1883) tivesse sido executado.

3 Embora o prédio da Alfândega de 1824 ocupasse o centro do espaço aberto, sua arquitetura era despreziosa demais para fazer paralelo com os prédios da Praça da Matriz.

PRAÇAS, ARQUITETURA E REPÚBLICA VELHA

O advento da república em 1889 significou o início de uma nova fase para os dois principais espaços públicos da cidade. Em função da grande autonomia dada aos estados no novo regime, o grupo político que toma o poder no Rio Grande do Sul iniciará um intenso programa de obras públicas que procura atender necessidades que vão além das demandas viárias, sanitárias e administrativas. Júlio de Castilhos preside o estado de 1893 a 1898, dando início a uma série de governos alinhados com o positivismo. Embora seu termo de governo tenha sido largamente ocupado com o triunfo militar na Revolução Federalista (1893-95), Castilhos demonstrou clara preocupação em demarcar arquitetonicamente seu projeto político na capital gaúcha. Em 1896, ele encomenda um novo palácio de governo ao arquiteto-chefe da Diretoria de Obras Públicas, Affonso Hebert (Figura 3)⁴. O início da construção do novo palácio no ano seguinte envolveu a demolição do antigo palácio colonial do século XVIII. Ao mesmo tempo, Castilhos promove a construção da Intendência Municipal de Porto Alegre, indicando ao intendente José Montaury o italiano João Carrara Colfosco para projetá-la (Figura 4)⁵. O investimento em dois palácios públicos de ampla visibilidade e sofisticado tratamento escultórico e decorativo demonstra a importância da arquitetura no projeto castilhista. A arquitetura eclética de base clássica, com profusa decoração e volumes animados por projeções e ressaltos, indica o afastamento do sóbrio neoclassicismo da arquitetura imperial em Porto Alegre.⁶



Fig. 3 - Affonso Hebert: fachada do Palácio Provincial; Figura 4 - João Carrara Colfosco: Intendência Municipal de Porto Alegre; Figura 5 - Philip von Normann: Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (fonte: mapa de A. Trebbi, 1906).

Em 1898, Castilhos deixa o governo para seu sucessor, Borges de Medeiros, que governa por dois termos (1898-1903 e 1903-1908). Havendo inegável afinidade política entre ambos, o mesmo não parece ocorrer no plano da arquitetura.

4 Ver Lacava, Adriana. *Palácio Piratini: dos projetos à concretização do sonho republicano* (dissertação de mestrado; orientação de Cláudio Calovi Pereira). Porto Alegre: PROPARG-UFGRS, 2002: p. 40-47.

5 Ver Weimer, Günter. *O positivismo gaúcho e sua arquitetura*. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 1985: p. 52.

6 O legado imperial na cidade inclui os já referidos Teatro São Pedro, Tesouro do Estado (antiga Casa de Câmara) e a nova fachada da Assembléia Provincial, devendo-se adicionar o Atheneu Rio-grandense, o Hospício São Pedro, o Asilo da Mendicidade (ambos de Álvaro Nunes Pereira), o Mercado Público (antes da reforma de 1912), a Beneficência Portuguesa, a capela do Bom Fim e o Seminário Episcopal.

Os empreendimentos expressivos de Borges na capital vinculam-se aos primeiros edifícios universitários: a Escola de Engenharia (1898-1900), o Instituto Eletrotécnico (1906-10) e o conjunto do Observatório Astronômico, *Château* e Castelinho (1906-8). Estes prédios foram situados na Várzea, distantes do centro e suas praças⁷. Embora subsidiadas e monitoradas pelo governo provincial, estas escolas eram oficialmente entidades privadas. Na área da construção representativa do estado, Borges pouco fez em Porto Alegre. O próprio palácio do governo teve suas obras suspensas em 1901.

Em 1906, Attilio Trebbi publica uma planta da cidade de Porto Alegre (Figura 6). Lançada para venda ao público por uma editora da cidade, a planta fora produzida por um funcionário importante da Secretaria de Obras Públicas. Além disso, contém o brasão do estado e informa ter sido “organizada de acordo com a planta que serviu para os estudos dos projetos de abastecimento de água e serviço de esgotos”⁸. À semelhança da litografia de Porto Alegre de Röhring (c.1865), que apresentava uma vista da cidade desde o Guaíba emoldurada por imagens de seus principais edifícios, este mapa apresenta desenhos de edifícios em suas margens. Dos prédios universitários, já comparece a Escola de Engenharia. Da nova arquitetura estatal, aparecem a fachada do projeto de Hebert para o palácio (citado inveridicamente como “em construção”) e uma perspectiva da Intendência Municipal (concluída em 1901). De resto, os destaques arquitetônicos selecionados por Trebbi são edifícios públicos antigos, como o Tesouro do Estado (antiga Casa de Câmara, 1850-74) e o inconcluso Hospício São Pedro (1884), além de edifícios para ensino como a Escola Militar (1872-87) e o Atheneu Rio-Grandense (1850). Obras religiosas ou particulares também comparecem, como o Banco Brasileiro-Alemão (Palácio Chaves, 1902), o Banco da Província e a Igreja das Dores (1901-02), indicativos da atividade construtiva mais recente. Afora a expansão dos bairros, a única novidade importante em relação ao mapa de 1888 no desenho da cidade é o projeto do aterro para o novo porto (de 1899), que é registrado em linha tracejada sobre a situação existente (Figura 7). A Praça da Matriz mostra-se como área verde com passeios em cruz convergindo para o ponto central, onde havia um chafariz de mármore desde 1866. No entorno, aparecem os edifícios da época e as fundações do palácio de Hebert. A Praça da Alfândega é objeto de indiferença, pois o projeto de expansão do porto nada previa em relação a ela. No novo mapa, todas as linhas de navios de passageiros convergem para a doca do Mercado Público.

7 Nos dois primeiros mandatos de Borges de Medeiros é definida quase toda a ocupação do primeiro quarteirão do atual campus central da UFRGS. Em 1908 (início do governo Carlos Barbosa) foram iniciados no mesmo local os edifícios do Instituto Júlio de Castilhos e da Faculdade de Direito.

8 Trebbi, A. *Planta da cidade de Porto Alegre*. P. Alegre: Casa Editora-Livraria do Commercio, 1906 (fac-símile Nova Roma Livraria e Editora, Porto Alegre, 2007).



Fig. 6 - Attilio Trebbi: mapa de Porto Alegre (1906); Fig. 7 - Attilio Trebbi: mapa de Porto Alegre (1906): detalhe da área central.

CARLOS BARBOSA, O PRESIDENTE CONSTRUTOR

A situação muda de figura com a eleição de Carlos Barbosa Gonçalves para a presidência do estado no período 1908-1913. Barbosa assume o governo num momento muito favorável em termos de conjuntura econômica. O Rio Grande do Sul começava a colher os frutos do desenvolvimento das regiões da serra e planalto através dos imigrantes, cuja atividade econômica se dinamizava pela consolidação da malha ferroviária estadual. Porto Alegre era o ponto de convergência dessa atividade, que logo se manifestou na construção de fábricas, sedes de empresas comerciais e estabelecimentos bancários. Conforme Singer, esse processo já vinha em andamento desde 1890 e culmina nos anos que antecedem a 1ª Guerra Mundial⁹.

Nascido em Pelotas (1851), mas criado em Jaguarão, Barbosa formou-se em medicina no Rio de Janeiro (1875). Em seguida, passou quatro anos em Paris exercendo sua profissão, chegando a ser chefe de clínica no Hospital Necker, além de ter seu nome citado em periódicos especializados¹⁰. Em seu retorno, casou-se e exerceu a medicina em Jaguarão, mas logo se envolveu com o movimento político republicano que triunfaria em 1889. Em 1891 é eleito deputado estadual constituinte, permanecendo como presidente do legislativo até 1907. Em 1893, é nomeado pelo próprio Júlio de Castilhos como vice-presidente do estado. Seu irmão, o engenheiro José Barbosa Gonçalves, foi Secretário da Fazenda e de Obras Públicas no governo Borges de Medeiros, demonstrando os fortes vínculos da família com o castilhismo. Em 1907, Carlos Barbosa é eleito presidente do estado em sucessão a Borges.

O termo de governo de Carlos Barbosa expressa um notável contraste com o de seu antecessor. Seus cinco anos no poder são marcados por uma febril atividade construtiva em Porto Alegre, em boa parte patrocinada pelo estado. As praças da Matriz e da Alfândega são objeto de uma

⁹ Singer, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977, pp. 141-198. Ver também Doberstein, Arnaldo. *Porto Alegre 1900-1920. Estatutária e ideologia*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1992: pp. 83-98.

¹⁰ Ver informações biográficas sobre o Presidente Carlos Barbosa Gonçalves em www.jaguarao.net (Museu Carlos Barbosa) e pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Barbosa_Goncalves.

reconfiguração arquitetônica tão ampla que exige consideração mais cuidadosa. Na primeira, Barbosa constrói o Palácio Piratini, o monumento a Júlio de Castilhos, o Arquivo Público, a Biblioteca Pública e a sede da Secretaria de Obras Públicas, consolidando o caráter de "acrópole" do lugar como sede das suas principais instituições¹¹. Na área da Alfândega, Barbosa dá início às obras do porto com a construção do aterro junto à praça, para nela localizar quatro novos palácios públicos e uma gare de passageiros junto ao Guaíba, monumentalizando o "ágora" do comércio, dos carregamentos, dos embarques e desembarques¹². Além disso, seus arquitetos projetam uma avenida (a primeira da cidade) que estabeleceria um eixo de ligação entre as duas praças. Quais as origens do programa construtivo do novo presidente do estado? Onde Barbosa obteve sua visão de arquitetura e de cidade para implantar em Porto Alegre? Sua estada em Paris entre 1875 e 1878 ocorreu quatro anos após o fim da guerra franco-prussiana e a queda do Segundo Império francês. Contudo, a Europa entrava na *Belle Époque* e Barbosa contemplou uma cidade reconfigurada pelas operações anteriores de Haussman. Além dos grandes *boulevards*, Barbosa deve ter visto, entre outras obras recentes, a nova Ópera de Garnier (1861-74; Figura 8), os Mercados Centrais de Baltard (1853-57), a *Gare du Nord* de Hittorf (1861-65) e a Biblioteca Nacional de Labrouste (1855-67). A arquitetura de Paris conjugava as variantes do ecletismo *Beaux-Arts* com as inovações tecnológicas das grandes estruturas metálicas. A experiência em Paris deve ter despertado em Barbosa o desejo de ver algo dessa arquitetura materializado no centro de Porto Alegre. Para o posto de Secretário de Obras Públicas, ele chama o engenheiro Cândido José de Godoy, que também estivera em Paris para aperfeiçoamento profissional¹³.



Fig. 8 - Ópera de Paris e boulevard (fonte: www.seigle.net/2006france/opera.jpg).

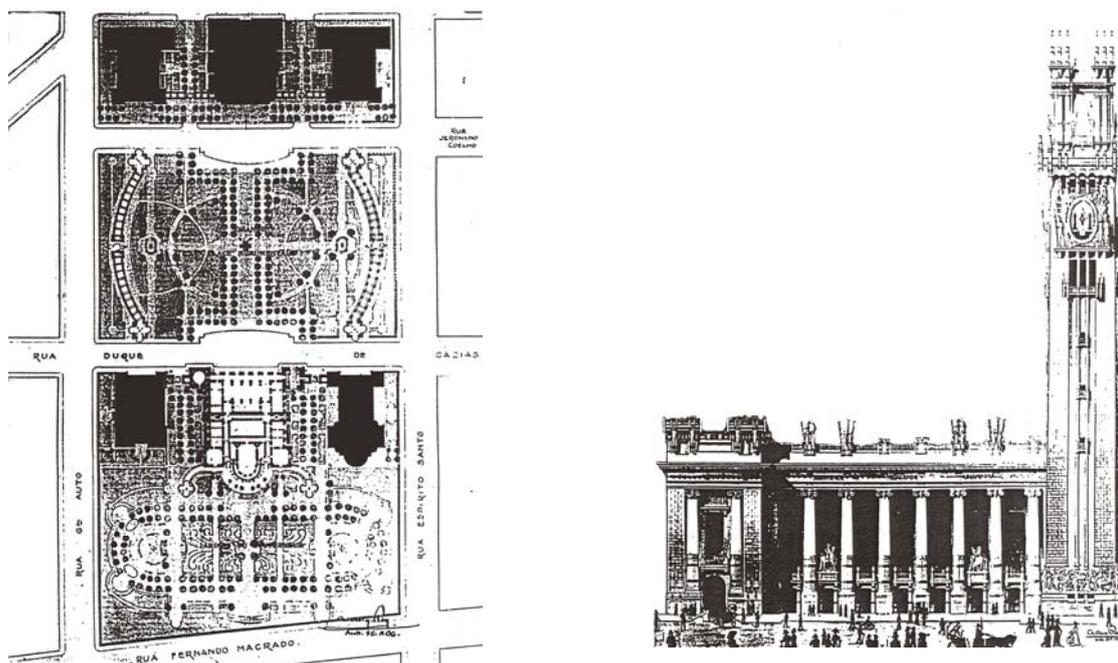
11 O palácio foi iniciado em 1909 e ao fim do governo Barbosa o volume principal estava construído; o monumento a Castilhos, projetado em 1904, foi construído entre 1910 e 1913; a primeira parte do Arquivo Público foi construída de 1910 a 1912; a Biblioteca Pública foi construída de 1912 a 1913 e em seguida ampliada; a Secretaria de Obras Públicas (rua Duque de Caxias esq. Gen. Auto) foi iniciada em 1909.

12 O primeiro destes palácios foi a sede dos Correios e Telégrafos, iniciado em 1910 antes mesmo do início oficial das obras do aterro (1911). Em seguida, logo após o fim do termo de Barbosa (25/01/1913), são iniciadas a Delegacia Fiscal (1913) e a Alfândega (1913), indicando que estes projetos já estavam na pauta de seu governo. Também o primeiro projeto para a Secretaria da Fazenda nessa área, de Afonso Hebert, é datado de 1913. Os pavilhões metálicos da gare portuária foram encomendados em 1914, mas em função da eclosão da 1ª Guerra Mundial nova encomenda foi feita em 1919 e a instalação concluída em 1922.

13 Ver Ferreira Filho, Arthur. *Palácio Piratini*. s.d.

A PRAÇA DA MATRIZ NO PROJETO DE AUGUSTIN REY

Em seu primeiro ano de governo, Carlos Barbosa já retoma o projeto do novo palácio do governo, paralisado por Borges desde 1901¹⁴. Entretanto, se recusa a usar o projeto de Affonso Hebert, iniciado em 1897 e que tinha todas as fundações e subsolo prontos. Ao invés disso, convoca um concurso em Paris para obter um projeto francês. Os desenhos do projeto vencedor mostram que o programa do concurso permitia a extensão da Praça da Matriz a oeste, de modo a centralizar o novo palácio, e também a reformulação da face norte, onde estavam o Teatro São Pedro e o Tesouro do Estado¹⁵. Dois projetos chegam a Porto Alegre para serem avaliados por um júri local, saindo vencedor o de Augustin Rey¹⁶. Francês nascido em Milão em 1864, Rey graduou-se na *École des Beaux-Arts* de Paris em 1888, tendo lá obtido o *Prix Rougevin*. Desde então, projetou e construiu uma série de templos protestantes em estilo eclético, tanto em Paris como no interior da França. Em 1905 ele venceu um importante concurso da Fundação Rotschild para a construção de quarteirões de habitação popular na Rue de Prague, em Paris, que foram concluídos em 1909¹⁷. Esse conjunto se destaca pelas preocupações com insolação e ventilação natural e pelo uso do concreto armado. Estas não são as ênfases principais de seu projeto vencedor para o novo palácio do governo em Porto Alegre.



Figs. 9 e 10 - Augustin Rey: projeto para o palácio do governo do Rio Grande do Sul (planta do conjunto e fachada principal). Fonte: *Les concours publics d'architecture*, 1908).

14 Com relação aos projetos para o Palácio Piratini, ver Lacava, 2002.

15 Provavelmente o edital (desconhecido) era omissivo em relação ao contexto, levando os concorrentes a tomarem amplas liberdades com ele.

16 Ver "Palais du Gouvernement de Rio Grande do Sul" in *Les Concours Publics d'Architecture*, XIIe année. Paris, 1908, pp. 25-36 (pranchas 56-59). Quanto ao concurso, ver o Relatório da Secretaria de Obras Públicas de 1909.

17 Sobre Augustin Rey ver Salgueiro, Heliana A. "Augustin Rey - um arquiteto Beaux-Arts na cruzada do urbanismo moderno" in *Gávea* nº 13 (1995). Rio de Janeiro: PUC-Depto. de História: pp. 426-443.

Augustin Rey propõe uma grande praça (*grande place monumentale*; ver Figura 9) que envolveria o aumento da Praça da Matriz até o prolongamento da rua Gen. Auto. Tal proposição faria com que a praça tomasse toda a área hoje ocupada pelo Palácio Farroupilha. O projeto de Rey permite obter um espaço homogêneo: a praça ampliada permite que o novo palácio se torne a figura central da composição, localizado no centro da face sul (Rua Duque de Caxias). À esquerda do palácio, Rey localiza uma nova catedral dotada de transepto e provavelmente com cúpula, em substituição à antiga matriz ainda existente na época¹⁸. À direita do novo palácio surge o novo edifício da Assembléia Estadual, cuja construção envolveria a demolição da antiga Casa da Real Fazenda (na época abrigando a assembléia). Os três novos edifícios configurariam uma frontagem monumental diante da praça, presidida pelo palácio do governo, que se destacaria pelas dimensões do volume principal e pela altura da grande torre (75 metros; Figura 10). O edifício seria ligeiramente maior em largura e altura que o atual palácio, mas seu impacto seria consideravelmente amplificado pelo posicionamento central diante da praça alargada e pela inserção da torre¹⁹. Conforme o texto publicado com o projeto em 1908, este elemento foi inserido para ser visto de longe, na aproximação à cidade desde o Guaíba. Portanto, Rey inseriu a torre monumental como marco da acrópole da capital gaúcha (em seu ponto mais alto). O texto ressalta a importância do grande escudo rio-grandense esculpido nas quatro faces da torre, próximo a seu topo. A ênfase dada aos aspectos cívicos da praça, através da expressão de superioridade hierárquica do palácio no local (em detrimento da igreja, relegada a uma posição secundária) parecem refletir o pensamento positivista que orientava a classe governante na época²⁰. É curioso notar o posicionamento assimétrico dessa torre que ocupa a extremidade oeste da fachada do palácio. Dada a organização simétrica da nova praça e seus edifícios em planta, essa solução não parece natural. Contudo, o gesto pode ter sido motivado pela impossibilidade de equalizar as formas dos edifícios nas duas laterais do novo palácio. A catedral e a nova Assembléia seriam forçosamente distintas uma da outra, e a torre talvez incorpore algo dessa variedade formal na fachada do palácio²¹. O texto publicado com o projeto cita a presença de “pórticos” (em forma de arcos triunfais) que serviriam como articuladores das junções entre os três edifícios.

Na face oposta (norte), Rey coloca o novo teatro sobre o eixo da praça, em correspondência ao Palácio. O teatro é ladeado por dois edifícios ocupados pelas secretarias de estado. Neste caso, a proposta envolveria a construção de três edifícios novos e a conseqüente demolição dos edifícios gêmeos de Normann (o Teatro São Pedro e o Tesouro do Estado). O conjunto mantém a mesma organização hierárquica da outra face: o edifício principal ocupa o centro e é ladeado por dois

18 É notável a similaridade do contorno em planta desenhado por Rey em 1908 com a planta da atual catedral, cuja definição só ocorreu em 1919 (projeto do italiano Gianbattista Giovenale).

19 Inexistem medidas ou escala nos desenhos do projeto de Rey. As comparações são feitas com base nas proporções dos edifícios no contexto urbano apresentado na implantação.

20 Embora os positivistas em geral não demonstrassem um antagonismo aberto ao catolicismo, muitos dentre eles defendiam a fundação de uma nova religião da humanidade. Curiosamente, o Templo Positivista de Porto Alegre foi iniciado em 1912, durante o governo de Carlos Barbosa.

21 Também é interessante notar que Rey já tinha assegurado vantagem sobre a catedral pela extensão maior do terreno do palácio; portanto, a torre colossal também afirmaria a primazia em altura do palácio no confronto com as torres da nova igreja.

edifícios menores e iguais, conferindo maior homogeneidade. Pórticos ligam os três edifícios, conferindo unidade ao conjunto.

A praça é composta por passeios em dois traçados superpostos: uma malha ortogonal (destacando-se o eixo principal arborizado que liga o palácio ao teatro) e outra malha de elipses intersectadas. O texto explicativo do projeto menciona que o centro da praça conteria um grande monumento “patriótico”, em provável referência ao atual monumento a Júlio de Castilhos (iniciado em 1910 mas cujo projeto já estava definido em 1904)²². Nas extremidades do eixo transversal são colocados chafarizes. A praça tem suas laterais delimitadas por pórticos em curvatura, marcados ao centro por um ressalto e nas terminações por estruturas similares a tempêtes. Desse modo, Rey neutraliza algo das fachadas laterais da praça (que seu projeto não pode controlar) e acentua a primazia visual do teatro e do palácio em seu conjunto. Cabe mencionar que o projeto de Rey cria também um parque privativo nos fundos do palácio (*jardin du gouverneur*)²³.

MAURICE GRAS E O NOVO PALÁCIO PRESIDENCIAL

Parece que as expectativas de Carlos Barbosa quanto aos resultados do concurso foram logo frustradas. Segundo o relatório da Secretaria de Obras Públicas de 1909 (p. XI):

*“O concurso aberto em França, de acordo com o programa enviado por esta Secretaria, trouxe um resultado ficar o Governo de posse de dois bons projetos apresentados pelos arquitetos Srs. A. Rey e A. Janin. Qualquer deles não satisfazia, porém, plenamente para poder ser executado sem modificação”.*²⁴

O projeto de Rey deve ter impressionado os gaúchos que o examinaram²⁵. O pórtico de colunas colossais, os jardins geometrizados, a grande praça e a colossal torre com o escudo riograndense forneciam ao governo positivista os símbolos que precisava na capital. Contudo, devem também ter surgido muitas interrogações. Seria viável uma proposta tão ousada? O que ela exigiria em termos de custos, tecnologia e tempo? Não seria o conjunto desproporcional em relação ao seu contexto? Barbosa certamente queria ver o novo palácio pronto em seu termo de governo e percebeu que eram necessários ajustes no projeto. Nessas circunstâncias, em 10 de março de 1909 desembarca em Porto Alegre Maurice Gras, outro arquiteto francês. Sua vinda para tratar do

22 A construção do monumento na Praça da Matriz foi definida por meio de lei em 1903, pouco depois da morte de Júlio de Castilhos e da vinda do autor, Décio Villares, neste mesmo ano a Porto Alegre. Em janeiro de 1904, maquetes do projeto são apresentadas ao público. Ver Alves, Francisco. *A escultura pública de Porto Alegre. História, contexto e significado*. Porto Alegre: Artfolio, 2004: pp. 55 e 101.

23 Este parque envolveria a demolição do edifício da Cúria Metropolitana (antigo Seminário Episcopal).

24 Relatório S.O.P. (Secretaria de Obras Públicas do Estado), 1909, p. XI.

25 A comissão era composta por Olintho de Oliveira, Manoel Itaquy, Manoel Theophilo Barreto Vianna, João Vespúcio de Abreu e Silva e Coronel Manoel Py (cf. relatório S.O.P. 1909, p. 8).

palácio foi acertada através de contato do embaixador francês no Rio de Janeiro, Charles Wienier, com o presidente Carlos Barbosa²⁶.

Maurice Gras (1873-1954) chega em Porto Alegre aos 36 anos de idade e apenas sete anos após ter recebido seu diploma de arquiteto da *École des Beaux-Arts* de Paris (1902), onde foi aluno de Honoré Daumet²⁷. Gras teve destacado percurso acadêmico, obtendo o *Prix Bailly* e tendo sido selecionado para participar do *Grand Prix de Rome* (o grande concurso final de projetos da escola). Em 1905 ele é mencionado como co-autor do projeto para o *Hôtel de la Société de Géographie* em Paris. Posteriormente, Gras terá responsabilidades oficiais (como inspetor de edifícios públicos em Paris) e privadas (sedes para duas companhias seguradoras em Paris, residências particulares), além de ter participado de projetos de habitação popular e de reconstrução de igrejas, escolas e prefeituras nas áreas da França atingidas pela 1ª Guerra Mundial. Além disso, Gras atuou no plano representativo da profissão, onde seu papel mais destacado foi o de presidente da *Société Française des Architectes* em 1933 e 1934²⁸. Contudo, nada em seu currículo de obras parece comparável ao palácio que construiu em Porto Alegre. Isso explica seu esforço em publicá-lo num catálogo e apresentá-lo numa exposição em Paris em 1922, logo que o mesmo foi inaugurado²⁹.

Maurice Gras permanece em Porto Alegre quase um mês, partindo no dia 8 de abril de 1909. Apresentado inicialmente no noticiário local como colega de Rey que viera para executar seu projeto, logo é referido como responsável por alterações e finalmente, parte com o compromisso de enviar um projeto de Paris, tendo deixado esboços prévios³⁰. As notícias veiculadas parecem minimizar o papel de Gras de modo a não sugerir que o investimento com o concurso fracassara em fornecer um projeto viável para o palácio. Desse modo, Gras aparenta ter vindo para fazer ajustes ao projeto de Rey. Contudo, o relatório da Secretaria de Obras Públicas de 1909 (publicado em agosto deste ano) é bem mais explícito quanto ao papel de Gras como autor de um novo projeto:

“Esteve este arquiteto (Gras) nesta capital para conhecer a situação e colher os dados necessários à confecção do projeto; com estes elementos, elaborou ele durante o pouco tempo que aqui permaneceu esboços indicativos da solução que lhe parecia realizar o que se tinha em vista, não sendo possível, como é óbvio, conservar o mesmo dispositivo em plano, visto que a modificação das fachadas não o comportaria absolutamente”.³¹

26 Ver Ferreira Filho, Artur. *Palácio Piratini*. s.d. A chegada de Gras na cidade é noticiada no *Correio do Povo* de 11/03/1909 e sua partida na edição de 09/04/1909.

27 Daumet (1826-1911) foi co-autor da ala leste do *Palais de Justice* de Paris (1857-68, com Louis Duc) e autor da reconstrução do *Château de Chantilly* (1875-82) entre outras obras. Ele dirigiu um prestigiado atelier na *École des Beaux Arts* de Paris, tendo seus alunos conquistado nove *Grand Prix de Rome*. Muitos estrangeiros vieram estudar com Daumet, entre os quais o americano Charles McKim (1847-1909). Fonte: <http://www.answers.com/topic/pierre-g-r-me-honor-daumet-1?cat=entertainment>

28 Informações obtidas através do site da *Société Française des Architectes* (www.sfarchi.org).

29 Massin, Ch. (ed.). *Les salons d'architecture*. Paris, 1922: pp. 12-16. Publicado em Licht, F. et al. *Palácio Piratini 85 anos*. Porto Alegre: s. ed., 2006: pp. 90-95.

30 Gras é citado no *Correio do Povo* dos dias 11, 12, 13 e 21 de março e 3, 7 e 9 de abril de 1909.

31 Relatório S.O.P. 1909, p. 30.

Os primeiros desenhos a chegar de Paris têm data de 30 de junho de 1909. O projeto de Gras guarda algumas semelhanças com o de Rey quanto à planta do palácio de recepções. De resto, é uma nova composição onde se destaca a supressão da torre colossal e do grande pórtico frontal, além da acertada separação da ala residencial num volume mais baixo que tira partido da declividade do terreno.

A 20 de setembro do mesmo ano, a pedra fundamental do palácio de Gras foi lançada. O ritmo de obras foi intenso durante todo o mandato de Barbosa. Em seu último dia de governo (25 de janeiro de 1913), ao inaugurar o monumento a Júlio de Castilhos junto com seu sucessor (Borges de Medeiros), Barbosa podia contemplar uma Praça da Matriz já demarcada pelo volume do palácio em sua fachada sul (Figura 11).



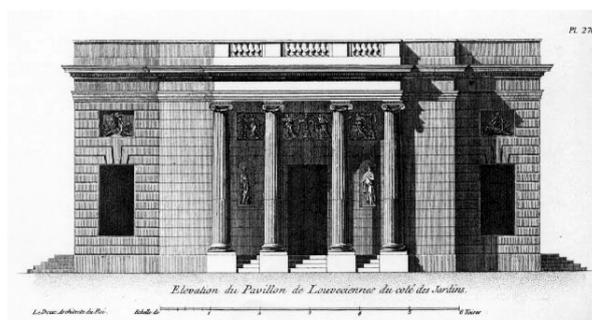
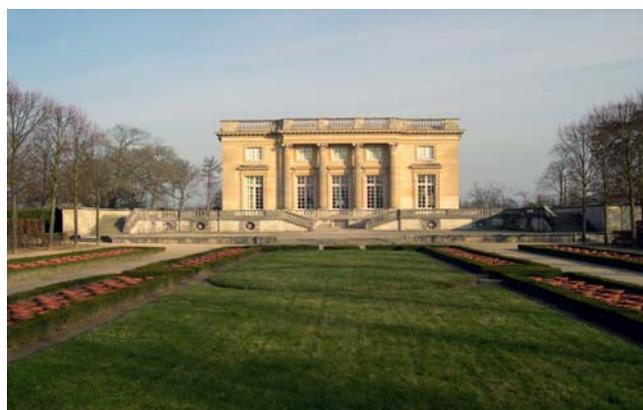
Fig. 11 - Praça da Matriz por volta de 1920 (fonte: arquivo do Projeto Monumenta).

Visto da praça, o palácio de Gras é um paralelepípedo de notável precisão geométrica (Figura 12). Há justiça na sua comparação com obras como o Petit Trianon (Gabriel, 1761-69; Figura 13) e o Pavilhão de Madame du Barry (Ledoux, 1770-71; Figura 14), pois Gras inspira-se na tradição neoclássica francesa ao projetar o edifício³². O fato de separar a parte de recepções da ala residencial, fazendo a última quase desaparecer na vista da praça, permite que o volume principal torne-se um autêntico pavilhão, como os precedentes antes referidos. Contudo, Gras não copiou suas referências, pois o programa do palácio gaúcho é distinto e suas dimensões superiores. Estão presentes o purismo geométrico, a precisão de proporções e a elegante contenção decorativa.

A extensão da fachada principal permite a Gras uma orquestração hábil da ordem colossal jônica: oito semicolunas compõem o trecho central em sutil projeção, sendo que as quatro centrais compõem dois pares que demarcam o acesso principal, enquanto as quatro seguintes repetem o intervalo central mas isoladas. Nos planos recuados das extremidades, a coluna deixa o papel de demarcador do compasso, tarefa assumida pelas cantoneiras rusticadas (Figura 15). Todavia, duas metades de pilastras jônicas aparecem de cada lado, como que submersas pela rusticação.

32 Ver Lacava, 2002, p. 69.

O resultado final é uma harmônica combinação de variedade e unidade, dinamismo e sobriedade, sofisticação e elegância, que conferem ao Palácio Piratini um papel relevante no quadro da arquitetura eclética brasileira.



Figs. 12 e 13 (acima) - Maurice Gras: fachada principal do Palácio Piratini (fonte: *Relatório S.O.P. 1921*) e detalhe da fachada (foto: *Cláudio Calovi*). Figs. 14 e 15 (abaixo) - Ange-Jacques Gabriel: fachada dos jardins do Petit Trianon (fonte: *wikipédia/commons*) e Claude N. L. Ledoux: pavilhão de música da Condessa du Barry (fonte: *Ledoux, Architecture*).

Ao contrário do projeto de Rey, não há um desenho completo para a praça nas pranchas disponíveis de Gras³³. Um desenho publicado mostra um trecho da praça com um traçado pouco distinto do projeto vencedor do concurso, onde é mantida a idéia do alargamento da praça até a projeção da Rua General Auto (Figura 16)³⁴. É preciso lembrar que Gras deve ter visto o projeto de Décio Villares (1904) para o monumento a Castilhos que viria ocupar o centro da praça. Além disso, deve ter tomado conhecimento do projeto da avenida que ligaria a Praça da Alfândega com a Praça da Matriz³⁵. Portanto, dadas as indefinições envolvidas no desenho da praça, Gras deve ter concentrado seus esforços exclusivamente no projeto do palácio. Bastava-lhe saber que seu palácio deveria ocupar posição central diante do espaço aberto.

33 Não foi possível encontrar desenhos da praça dentre o material de Maurice Gras nos arquivos da Secretaria de Obras Públicas.

34 Ver Oliveira, Lea. *Levantamento histórico do Palácio do Governo*. Porto Alegre: Secretaria de Obras Públicas, 1962. A figura é copia de um desenho original não localizado do escritório de Gras.

35 No dia 7 de abril de 1909, uma notícia do *Correio do Povo* informa sobre o projeto da nova avenida e menciona que Gras estivera na Secretaria de Obras Públicas no dia anterior.

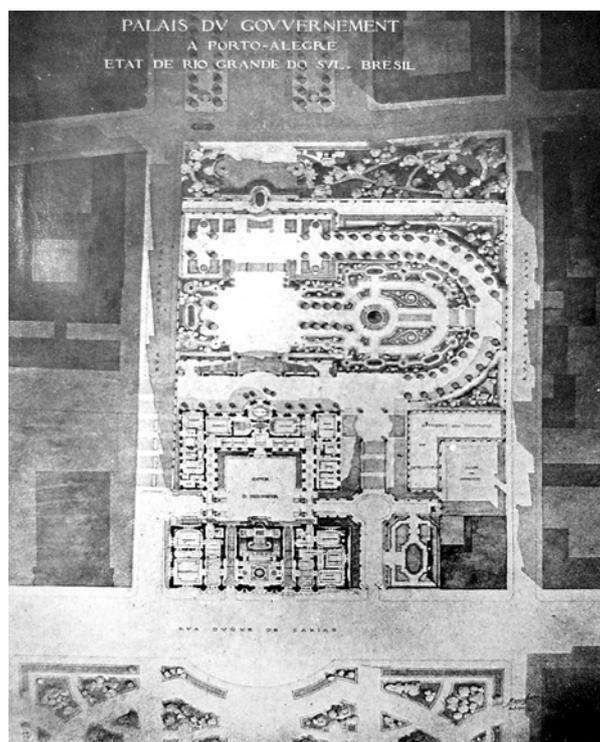


Fig. 16 - Maurice Gras: planta de conjunto do Palácio do Governo do Rio Grande do Sul (fonte: Oliveira, Lea. *Levantamento histórico do Palácio do Governo. Porto Alegre: Secretaria de Obras Públicas, 1962*).

O PROJETO DA AVENIDA LIGANDO AS NOVAS PRAÇAS

A monumentalização da Praça da Matriz não se restringia à construção do novo palácio. As ambições de Barbosa e sua equipe na Secretaria de Obras Públicas envolviam também a ampliação da praça e a construção do monumento, da Biblioteca Pública e do Arquivo Público. Além disso, a idéia de monumentalização da capital gaúcha foi ampliada pela apresentação de um projeto de avenida (a primeira da cidade) ligando a nova Praça da Matriz com a Praça da Alfândega, situada dois quarteirões abaixo junto às margens do Guaíba (Figura 17). O relatório de 1909 descreve este projeto, que trata as duas praças e a avenida como um único empreendimento:

Ao primeiro desenhista, sr. A. Trebbi, deve-se o projeto de abertura de uma avenida entre as praças Marechal Deodoro e Senador Florêncio. O plano de conjunto que acompanha esse relatório mostra que a avenida em questão além de vir concorrer para o embelezamento da capital estabelece uma comunicação entre a parte baixa e a parte alta da cidade, e sua importância será ainda maior se o governo do estado conseguir entrar em acordo com a União, para a cessão das marinhas onde pretende construir o trecho de cais com escadarias, para o movimento de passageiros do porto. A praça Marechal Deodoro deverá ser aumentada até o alinhamento da rua General Auto. É um melhoramento que se impõe, reclamado pela posição do palácio em relação a ela, e com este fim tem o governo adquirido parte da propriedade dos terrenos ao lado oeste. Também têm sido compradas as

edificações nos fundos do terreno do palácio, à rua Fernando Machado, espaço que será mais tarde ajardinado de acordo com o plano das obras.³⁶

Mais adiante, o mesmo relatório trata da relação do palácio com o novo projeto de desenho urbano do centro da cidade:

Encorajados por esta aprovação inesperada (a sugestão de ampliação da praça da Matriz nos projetos do concurso) fomos pouco a pouco ensaiando o alargamento da praça em frente ao palácio e, por fim, o hábil 1º desenhista desta diretoria, sr. Attilio Trebbi, concertou o projeto, em suas linhas gerais, de estender a modificação até a esquina da rua General Auto e ligar diretamente a histórica praça "Marechal Deodoro" (Praça da Matriz) por meio de uma ampla avenida, ao ponto de maior movimento, ao coração da cidade, a praça "Senador Florêncio" (Praça da Alfândega) que não poderia deixar de ser contemplada nesta obra de embelezamento cuja ampliação até o porto de desembarque dará a esta capital o deslumbrante aspecto de que são suscetíveis só os lugares tão bem dotados de belezas naturais.

Semelhante obra, além de continuar as modificações do ponto de vista estético e higiênico de Porto Alegre, concernentes ao plano geral da cidade, trará como salutar consequência maior impulso à construção de belos e bons edifícios e em condições mais favoráveis do que as em que se acham alguns existentes. É este projeto que esta diretoria vos apresenta como complemento ao da construção do Palácio.³⁷



Fig. 17- Attilio Trebbi: projeto de ampliação e embelezamento da praça Mal. Deodoro e abertura de uma avenida até o cais projetado (fonte: Relatório S.O.P. 1909).

Por meio deste conjunto de obras, Carlos Barbosa talvez imaginasse dotar a capital gaúcha de monumentos arquitetônicos que emulassem a Paris que conhecera, acompanhados de um *boulevard* que os articulasse como percurso cenográfico. A idéia da avenida e da nova gare

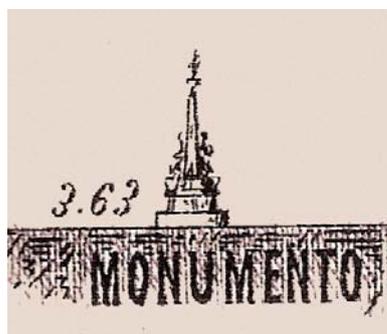
³⁶ Relatório S.O.P., 1909, p. XII.

³⁷ Relatório S.O.P., 1909, pp. 30 e 31.

portuária introduz o tema da reformulação da Praça da Alfândega, estendendo a obra de embelezamento e monumentalização do centro da cidade até ela.

O projeto de Trebbi é uma proposta de grande envergadura, compreendendo as duas praças principais da cidade e a nova avenida que haveria de uní-las. A idéia da nova avenida deve ter surgido no contexto das grandes obras de extensão do centro da cidade através do projeto do aterro para o novo porto. Quando Trebbi produz o mapa de Porto Alegre de 1906, já registra o projeto do novo cais e, em linha tracejada, os quarteirões que seriam criados na área aterrada. Conforme referido anteriormente, o mapa de 1906 não mostra nenhuma ênfase no tratamento da área da Praça da Alfândega. No entanto, três anos mais tarde, o relatório acima referido do secretário Godoy reflete novas preocupações com a estética urbana que alteram a situação. Na parte alta da cidade, o novo palácio exige uma nova praça que configure a sala de visitas da capital gaúcha. Na parte baixa, percebe-se a necessidade de ordenar plasticamente a chegada de pessoas vindas de fora do estado e do país à cidade, que ocorria de navio. Godoy menciona o intento de obter a cessão de um trecho do cais junto ao governo central para que sejam preparadas instalações adequadas ao movimento de passageiros. Nesse contexto, surge o projeto da nova avenida unindo os dois espaços abertos nobres de Porto Alegre.

É importante notar que não haviam avenidas em Porto Alegre até aquele momento. As estreitas ruas da cidade seguiam o padrão colonial português introduzido no traçado de Montanha em 1772. A avenida projetada em 1909 seria a primeira via de largura mais ampla (cerca de 25m) na cidade, tendo seu início no cais do porto e terminando na Praça da Matriz, no eixo do palácio do governo, que era seu ponto focal final. Ela teria uma leve inflexão à direita no encontro com a Rua da Praia, articulada por um monumento de base circular (Figuras 18 e 19)³⁸. O projeto de Trebbi não sugere definições formais ao longo da avenida. Junto ao porto não aparece qualquer referência à estação de passageiros. Na área da Praça da Alfândega, os novos quarteirões são tratados como praças ajardinadas, sem qualquer idéia dos edifícios que surgirão a seguir.



Figs. 18 e 19 - Ampliação (planta e vista lateral) do monumento projetado (fonte: Relatório S.O.P. 1909).

³⁸ Este monumento parece similar ao monumento a Júlio de Castilhos, pois tem base circular e parece ter um obelisco ao centro. Embora houvesse lei estadual designando a Praça da Matriz como local do memorial a Castilhos, o projeto já definido desde 1904 nunca havia sido iniciado. É possível que Trebbi imaginasse o monumento transferido para o ponto de flexão da avenida, auxiliando a marcação monumental do eixo porto-palácio. O fato de que não há monumento de grande escala na Praça da Matriz do projeto de Trebbi reforça esta hipótese.

Na parte da Praça da Matriz, a avenida tem seu eixo no centro da futura fachada do Palácio Piratini. Nesse ponto, o projeto de Trebbi enfrenta seus maiores problemas³⁹. Afora as dificuldades topográficas (desnível entre o plano da praça e suas adjacências à oeste e norte), surge a questão do encaixe entre a avenida e o conjunto axial da praça da Matriz⁴⁰. Augustin Rey havia proposto a ampliação da praça a oeste, para que o novo palácio ficasse no centro da face sul. Contudo, sua proposta requeria a eliminação do par neoclássico do Teatro São Pedro e do Tesouro do Estado, substituídos por um novo conjunto de edifícios públicos em disposição coordenada com o palácio (ver Figura 9). O projeto de Trebbi contempla a extensão da praça e a centralização do palácio, mas ao manter os edifícios gêmeos na face norte, evidencia a contradição entre os dois lados do espaço aberto, que apresentam simetrias discordantes (Figura 20). A inserção da avenida acentua o problema, pois o novo desenho da praça, coordenado com o palácio, não consegue se articular de forma coerente com os edifícios existentes e com as duas vias que chegam da parte baixa da cidade.

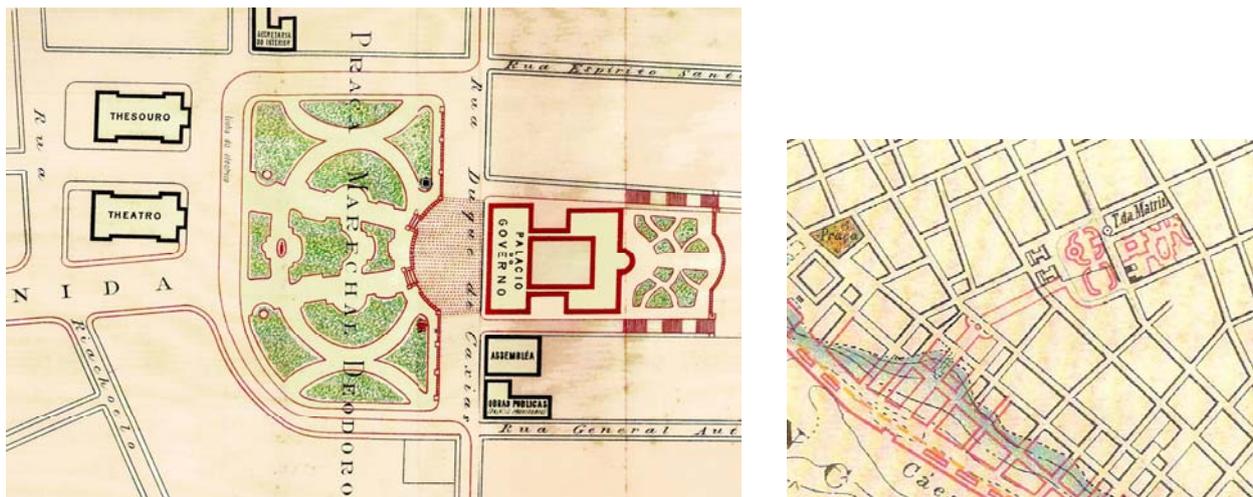


Fig. 20 - Detalhe da Praça da Matriz no projeto de Trebbi (fonte: Relatório S.O.P. 1909);
 Fig. 21 - Detalhe do mapa de Porto Alegre de 1910 (fonte: Relatório S.O.P. 1910).

No ano seguinte (1910), o relatório da Secretaria de Obras Públicas apresenta um mapa da cidade com uma revisão da solução para a Praça da Matriz dentro do projeto da nova avenida (figura 21). Esta revisão propõe dividir o espaço aberto em duas praças: a primeira teria seu eixo mantido entre os edifícios gêmeos e a segunda ocuparia o espaço restante, até a projeção da Rua General Auto. O corredor entre as duas praças formaria um eixo com origem na nova avenida e terminação no centro da fachada do palácio. Esta revisão deve considerar a posição do

³⁹ Sobre os estágios de desenvolvimento da praça da Matriz e seus problemas compositivos, ver Fiore, Renato. "O espaço da praça da Matriz com a inserção do Palácio Piratini" in *Arqtexto* nº 5, Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2004, pp. 98-109.

⁴⁰ O eixo da praça é definido pelas ruas General Câmara (Ladeira) e Dom Sebastião, que separava o Teatro São Pedro e o antigo palácio de um lado e o Tesouro do Estado e a igreja matriz do outro. Embora três destes prédios tenham sido substituídos, a configuração se mantém hoje em dia.

monumento a Júlio de Castilhos iniciado naquele ano, que cristalizava definitivamente o eixo dos edifícios gêmeos de Normann. O projeto da avenida de 1909 não apresentava o monumento na praça, pois sua neutralidade formal se tornara importante dadas as contradições entre suas duas faces principais⁴¹. Entretanto, a nova proposta não elimina as contradições e apenas cria outras. O palácio estaria no eixo central do espaço aberto, mas haveria assimetria entre o obelisco com plataforma no lado leste deste eixo e a ausência de algo similar no lado oeste. Na face norte se mantinha o problema da descordenação de seus edifícios com o outro lado da praça. Todas estas dificuldades compositivas, somadas aos problemas topográficos e aos custos das desapropriações, explicam a não execução do projeto de Trebbi no trecho Rua da Praia-Praça da Matriz.

A NOVA PRAÇA DA ALFÂNDEGA

Na área de ampliação da Praça da Alfândega, em função do aterro do porto, o projeto foi concretizado. Já foi referido que Trebbi se limitou a desenhar o canal da avenida e as praças de forma muito expedita. Afora a marcação da flexão da avenida na esquina da Rua da Praia através de um monumento, não aparecem no projeto quaisquer definições de edificações, arborização e equipamentos urbanos. Contudo, no mapa de 1910 já aparecem traços delimitando a área dos palácios dos Correios e Telégrafos e da Delegacia Fiscal na extremidade norte da Praça da Alfândega (ver Figura 21). Isso indica que as gestões junto ao governo central mencionadas no relatório de 1909 progrediram rapidamente. O intento de dignificar a chegada e saída de passageiros junto ao Guaíba mostra-se muito mais amplo. O presidente Carlos Barbosa deixava claro seu intento de transformar a Praça da Alfândega num espaço público da natureza monumental, tal como fazia na Praça da Matriz.

Para isso, eram necessários palácios que emoldurassem a avenida e a praça. Hermes da Fonseca, gaúcho de nascimento, era o presidente da República. Ao seu redor no governo não faltavam positivistas gaúchos, o que facilitou as gestões para que dois novos palácios de órgãos da União fossem patrocinados em Porto Alegre⁴². O primeiro deles é o edifício dos Correios e Telégrafos, de Theo Wiedersphan, que surge muito rapidamente: sua construção é iniciada no dia 30 de setembro de 1910, no mesmo ano em que se iniciam as obras do aterro do porto. No terreno ao lado, o mesmo arquiteto projeta outro edifício de volumetria similar, a Delegacia Fiscal, cuja licitação só é aberta em 1912. O início da obra se dará somente no ano seguinte, quando o gaúcho Rivadávia Correa assume a pasta da Fazenda no Rio de Janeiro e libera a execução do edifício.

⁴¹ A dificuldade em resolver estas contradições pode ser um dos motivos que levou Trebbi a deslocar o monumento a Júlio de Castilhos para a Praça da Alfândega (ver nota nº 36).

⁴² Ver Doberstein, 1992: pp. 83-98.



Fig. 22 - Praça da Alfândega e Avenida Sepúlveda (c. 1922; fonte: arquivo do Projeto Monumenta).

Na Praça da Matriz, o novo palácio de Gras se soma aos edifícios de Normann para conferir um aspecto neoclássico ao ambiente. Já na nova Praça da Alfândega, predomina a caracterização neobarroca de Wiedersphan, logo reforçada pelos edifícios da Alfândega (H. Menchen, 1913) e pelo edifício Previdência do Sul (atual Banco Safra; Wiedersphan, 1913). Nesse sentido, o "ágora" seguiu orientação estilística distinta em relação à "acrópole". Os dois grandes palácios da praça da Alfândega são obras da União e sua realização ocorreu por licitação junto a construtoras privadas. A empresa vencedora (R. Ahrons) e seu principal arquiteto (Wiedersphan) preferiam as fontes germânicas do que o classicismo adotado pelos positivistas da Secretaria de Obras Públicas. Desse modo, as duas praças expressam dois aspectos das variantes figurativas proporcionadas pelo ecletismo.

Os edifícios dos Correios e Telégrafos e da Delegacia Fiscal revelam a existência de um notável plano de conjunto para a área da Praça da Alfândega (Figura 22). Sobre as praças ajardinadas de Trebbi surgem dois palácios neobarrocos que definem monumentalmente a face norte da praça e enquadram, com suas torres de esquina, a perspectiva da nova avenida, cujo foco é o porto e sua estação de passageiros. A intencionalidade da orquestração é inequívoca, em que pese desconhecer-se seu autor. Theo Wiedersphan, Affonso Hebert, o secretário Cândido de Godoy e o próprio presidente Carlos Barbosa devem ter contribuído, em graus distintos, para a configuração do esquema. Dentre o plano de conjunto, o novo prédio da Alfândega, a Secretaria da Fazenda e os pavilhões metálicos da gare portuária só foram construídos após o governo de Barbosa. Todavia, é inegável que o plano surge em seu termo de governo e que, à semelhança das obras na Praça da Matriz, o presidente estadual esforçou-se muito por deixá-lo como fato consumado, ainda que inconcluso.

PRAÇAS E AVENIDAS, PROJETOS E REALIZAÇÕES

A história da arquitetura destas praças mostra uma seqüência de projetos que se sucedem, incorporando idéias prévias e introduzindo outras novas. A realização parcial destes projetos e as posteriores deformações que sofreram por desdobramentos desrespeitosos torna seu reconhecimento hoje mais difícil. A Praça da Matriz ficou melhor sem a execução da avenida. As grandes obras de Barbosa Ihe conferiram uma nova imagem (ver Figura 11). O monumento a Júlio de Castilhos consagra o eixo original e preside de forma efetiva a organização do conjunto. A nova catedral define um contraponto menos largo e mais alto que se equilibra com o Palácio Piratini. A Biblioteca Pública (Hebert, 1911) cria um novo atrativo no extremo norte do eixo do conjunto, estendendo-o. Contudo, a destruição do Tesouro do Estado e sua substituição pelo Palácio da Justiça fizeram desaparecer a harmonia simétrica da face norte. Construído como arrimo pautado por pilastras, o Arquivo Público do Estado (Hebert, 1910) estabelece um belvedere sobre a parte baixa do centro e a orla do Guaíba, além de criar escadarias e uma praça mais baixa que ligavam a Praça da Matriz com a área comercial. Em 1928, a parte superior deste espaço (lado oeste da praça) seria ocupada pelas pérgolas, bancos ao ar livre e concha acústica do auditório Araújo Viana.

Na década de 60, a construção do Palácio Farroupilha neste local introduz uma terceira face monumental em edifício único que altera o equilíbrio entre os pares de edifícios públicos a norte e sul, além de alinhar-se sem respeitar o término da fachada do Palácio Piratini. O novo edifício também desconsiderou o caráter do local como belvedere, isolando a praça definitivamente⁴³. O desordenado crescimento da vegetação na praça hoje impede a percepção do conjunto, tanto em suas contradições como em suas muitas virtudes. Na verdade, o manejo adequado da vegetação poderia auxiliar na coordenação das vistas dos edifícios de forma a recuperar e ressaltar o valor da arquitetura da Praça da Matriz.

O conjunto da Praça da Alfândega é distinto, pois se estabelece como uma operação nova que envolve a destruição da antiga alfândega, a extensão da praça e a construção de uma avenida de canteiro central ladeada por edifícios monumentais. Embora o conjunto tenha sido construído por partes e por diferentes arquitetos, o resultado final é notável em sua articulação. A marcação posterior do eixo da Avenida Sepúlveda com palmeiras californianas e o estabelecimento de um obelisco e uma estátua eqüestre ao longo de seu eixo consolidaram a perspectiva assinalada pelas torres dos palácios de Wiedersphan e que tem coroamento digno no pavilhão metálico do porto. Dentre os prejuízos posteriores estão o acréscimo de pavimentos na sede da Secretaria da Fazenda e a construção lamentável da Delegacia Regional do Trabalho, que rompe a escala e a linguagem do conjunto. Na Praça da Alfândega repete-se o problema da vegetação descontrolada

⁴³ Este isolamento foi ainda mais acentuado pelo concurso de projetos para o anexo do Teatro São Pedro, cujo edital desconsiderou a articulação do novo edifício com a praça do Arquivo Público do Estado, originalmente ligada à praça da Matriz por escadaria pública.

pelo plantio indiscriminado e pela falta de poda. Hoje em dia, não é possível contemplar os dois palácios com torres compondo uma fachada monumental única, tal como fotos antigas mostram (Figura 23). Tal como na Praça da Matriz, o remanejamento da vegetação poderia recuperar a dignidade deste espaço, permitindo a identificação visual do conjunto e de seus componentes pelos frequentadores do local.

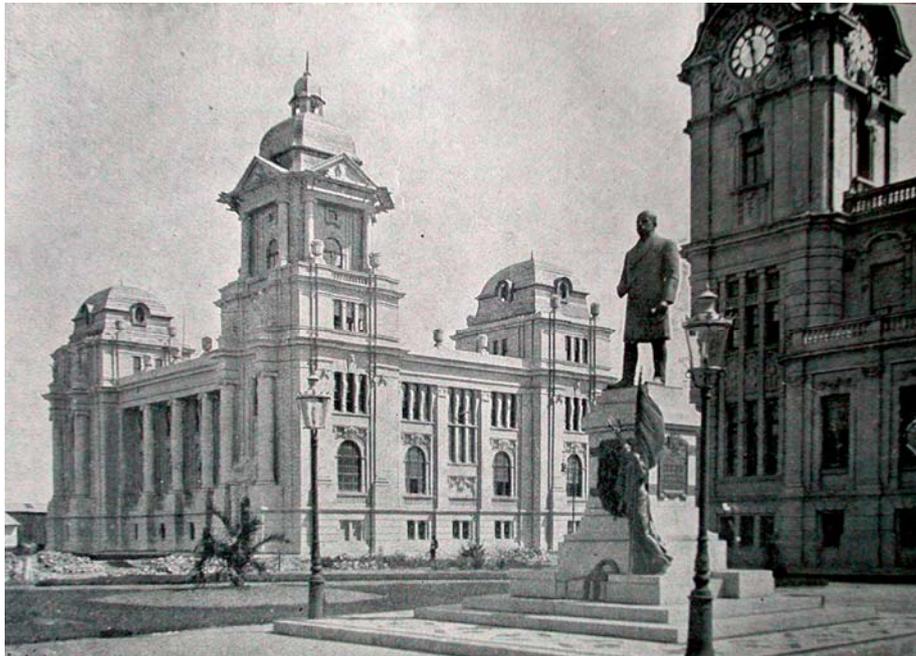


Fig. 23 - Delegacia Fiscal e Correios e Telégrafos na Praça da Alfândega (c. 1913; fonte: arquivo do Projeto Monumenta).

A discussão dos projetos aqui referidos e de seu processo de materialização na cidade visam afirmar seu valor como experiências de qualificação do espaço urbano. As ações de Carlos Barbosa e seus arquitetos são entendidas como intento de projeção de um modelo ideal de ambiente na transformação da realidade. No marco da tríade vitruviana, construção e funcionalidade são reunidas sob a égide da beleza, do deleite que constitui o anelo supremo de todos os habitantes da urbe. A identificação das origens, dos modelos e dos procedimentos dessa utopia urbana torna palpáveis os valores com os quais trabalha a arquitetura. Nisso está a importância de documentar, interpretar, preservar e revitalizar a herança material dessa época de tantas realizações, quando os espaços correspondentes a acrópole e ágora da capital gaúcha são reconfigurados à imagem e semelhança da Paris haussmaniana. Dessa forma, a estética urbana introduzida por Carlos Barbosa e seus arquitetos em Porto Alegre pode ser disponibilizada de forma mais efetiva a seus habitantes e visitantes como experiência espacial sensível. Na tarefa de construir a cidade como um lugar de harmonia e fruição, é fundamental manter vivas e acessíveis as virtudes do passado que ainda se mantém ao nosso redor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALVES, Francisco. *A escultura pública de Porto Alegre. História, contexto e significado*. Porto Alegre: Artfolio, 2004.
- CALOVI PEREIRA, C., BARBOSA, R., DIEFENBACH, S. et CALOVI, R. *Arquitetura de Porto Alegre no período positivista*. Porto Alegre: Memorial do RS/PROPAR-UFRGS, 2007.
- DOBERSTEIN, Arnoldo. *Porto Alegre 1900-1920. Estatuária e ideologia*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
- FERREIRA FILHO, Arthur. *Palácio Piratini*. Porto Alegre: IEL, 1980.
- IORE, Renato. "O espaço da praça da Matriz com a inserção do Palácio Piratini" in *Arqtexto* nº 5, Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2004, pp. 98-109.
- LACAIVA, Adriana. *Palácio Piratini: dos projetos à concretização do sonho republicano* (dissertação de mestrado; orientação de Cláudio Calovi Pereira). Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2002.
- Les Concours Publics d'Architecture*, Xlle année. Paris, 1908.
- LICHT, Flávia et al. (org.). *Palácio Piratini 85 anos*. Porto Alegre: s. ed., 2006.
- MASSIN, Ch. (ed.). *Les salons d'architecture*. Paris: Librairie générale de l'architecture et des arts décoratifs, 1922.
- OLIVEIRA, Lea. *Levantamento histórico do Palácio do Governo*. Porto Alegre: Secretaria de Obras Públicas, 1962.
- SALGUEIRO, Heliana A. "Augustin Rey - um arquiteto Beaux-Arts na cruzada do urbanismo moderno" in *Gávea* nº 13 (1995). Rio de Janeiro: PUC-Depto. de História: pp. 426-443.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.
- TREBBI, Atílio. *Planta da cidade de Porto Alegre*. P. Alegre: Casa Editora-Livraria do Commercio, 1906 (fac-símile Nova Roma Livraria e Editora, Porto Alegre, 2007).
- WEIMER, Günter. *O positivismo gaúcho e sua arquitetura*. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 1985.

ARQUIVOS CONSULTADOS:

Secretaria de Obras Públicas e Saneamento do Estado do Rio Grande do Sul
Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa
Jornal Correio do Povo